

Semana de simulados
PGDF



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

Simulado PGDF – AFO e Orçamento Público

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGDF;
- 2 – A prova contém **20 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pela nossa professora Luciana Marinho com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes começarão a responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico às **8h30**;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 19h, a nossa professora Luciana Marinho iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ela resolverá todas as questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.



PREENCHA SEU GABARITO NO LINK

<http://bit.ly/Simulado-Afo-Orçamento-Público-23-01>

Estratégia

Concursos

- 01 – C E
- 02 – C E
- 03 – C E
- 04 – C E
- 05 – C E
- 06 – C E
- 07 – C E
- 08 – C E
- 09 – C E
- 10 – C E
- 11 – C E
- 12 – C E
- 13 – C E
- 14 – C E
- 15 – C E
- 16 – C E
- 17 – C E
- 18 – C E
- 19 – C E
- 20 – C E

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

01. Acerca das técnicas orçamentárias, julgue o próximo item.

O orçamento participativo é uma técnica orçamentária em que há participação social no processo de elaboração do orçamento e a decisão tomada em audiência pública substitui a atuação do poder público.

02. Acerca das técnicas orçamentárias, julgue o próximo item

A técnica do orçamento tradicional tem como característica a ênfase no controle contábil do gasto e por ser um instrumento de controle político do Legislativo sobre o Executivo, sem preocupação com o planejamento.

03. Com relação aos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal evidencia o princípio do equilíbrio orçamentário quando impõe que o orçamento necessita ter o exato equilíbrio dos valores realizados de receita e de despesa na LOA.

04. Com relação aos princípios orçamentários, julgue o item a seguir.

O princípio orçamentário da não afetação veda a vinculação de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem ressalvas de repartição do produto da arrecadação.

05. Em relação a segunda fase do ciclo orçamentário, julgue o a seguir:

Emendas de bancada a projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que metade desse valor deverá ser destinado a ações e serviços de saúde.

06. No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte.

Segundo a Constituição Federal, compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual, bem como sobre suas respectivas emendas, entretanto, a fiscalização orçamentária somente deverá ser realizada pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

07. No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte.

As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida.

08. No tocante aos créditos adicionais, julgue o item que se segue:

Os créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e depende da existência de recursos disponíveis.

09. Conforme a classificação econômica apresentada na Lei n.º 4.320/1964, julgue o item a seguir.

As receitas patrimoniais, de amortização de empréstimos, superávit do orçamento corrente e as de serviços são classificadas como receitas de capital.

10. Acerca das receitas públicas, julgue o item subsequente.

Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, a exemplo das receitas patrimoniais.

11. No tocante à classificação da receita pública, julgue o item a seguir.

Quanto à afetação patrimonial, a receita orçamentária efetiva aumenta a situação líquida patrimonial da entidade; e a não efetiva são entradas compensatórias, sem alteração no patrimônio público.

12. Com relação aos estágios da receita e da despesa, julgue o item seguinte:

A previsão de arrecadação na lei orçamentária anual não é um estágio obrigatório da receita nem constitui requisito para que uma receita seja classificada como orçamentária.

13. Em relação à dívida ativa, julgue o item seguinte:

Dívida ativa são créditos da fazenda pública, tributários ou não tributários que são exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, inscritos em registro próprio, após apuração de sua liquidez e certeza, de acordo com legislação específica.

14. Com relação aos restos a pagar, julgue o item que se segue:

Despesas inscritas em restos a pagar devem ser incluídas no montante da dívida flutuante.

15. Com relação aos restos a pagar, julgue o item que se segue:

Os restos a pagar do exercício corrente serão reconhecidos como receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

16. O suprimento de fundos somente pode ser concedido a servidor público efetivo e nos casos para atender ao pagamento de despesas de caráter secreto, despesas de pequeno vulto e despesas eventuais, inclusive viagens.

17. Em relação às atribuições da LDO na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir:

A lei de diretrizes orçamentárias deve conter o anexo de riscos fiscais, em que se preveem medidas a serem tomadas quando os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas se materializarem.

18. Em relação aos dispositivos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue:

A apuração do montante de receita corrente líquida arrecadada deve considerar apenas um exercício financeiro.

19. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item seguinte:

Durante a execução orçamentária, caso o Poder Executivo verifique, ao final de determinado quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no anexo de riscos fiscais, ele deverá promover, por ato próprio, nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira.

20. Em relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir:

O município que deixar de arrecadar parcela da taxa de coleta de lixo ficará proibido de receber transferências voluntárias da União.


Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Afo-Orçamento-Público-23-01>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

Estratégia



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE